

# **Gestão ambiental e gestão pública: um estudo sobre a relação entre a Associação de Catadores e Poder Público no município de São João del-Rei - MG**

**Pablo Felipe Jacques de Souza**  
pablo.jacques4@gmail.com  
UFSJ

**Vânia Aparecida Rezende**  
vaniarezende@ufs.edu.br  
UFSJ

**Resumo:** A gestão ambiental abriga em sua discussão os resíduos sólidos urbanos, esse debate ganhou, nas últimas décadas, espaço e notoriedade tanto no meio acadêmico quanto no poder público. O desenvolvimento organizacional e social tem como uma de suas consequências, a produção excessiva de resíduos sólidos, no âmbito urbano, que podem resultar de diversas origens, dentre elas da atividade doméstica. As atividades cotidianas condicionam o morador urbano a observar determinados fragmentos do ambiente e não perceber situações com graves impactos ambientais condenáveis. Diante de toda problemática que envolve o lixo urbano e suas complexidades, é importante destacar o papel do Estado, sobretudo as administrações públicas municipais, âmbito deste estudo, em decorrência do gerenciamento destes recursos para a minimização dos impactos ambientais. Dessa maneira este artigo teve como objetivo analisar a Associação de Catadores de São João del-Rei – MG, em vistas a identificar sua relação com a gestão pública municipal, buscando identificar possíveis ações de apoio e incentivo em prol de uma melhor destinação dos resíduos sólidos urbanos. Visando alcançar o objetivo proposto o trabalho, de cunho qualitativo, delimitou como percurso metodológico, um estudo de caso e como método de coleta de dados utilizou entrevista com roteiro semiestruturado. Os principais resultados apontam que, apesar de uma relação incipiente entre poder público e a associação de catadores, as duas frentes, dentro de suas possibilidades, atuam buscando soluções para os problemas ambientais no

município. No entanto, perante a sua complexidade, pondera-se que seu enfrentamento não pode ser unilateral, deve envolver todo universo organizacional, bem como os diversos atores sociais, compreendendo que é um movimento de corresponsabilização.

**Palavras Chave: Associação - resíduos sólidos - gestão pública - gestão ambiental - gestão**

## 1. INTRODUÇÃO

Tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral, a discussão sobre o lixo urbano, especificamente os resíduos sólidos urbanos, vem no decorrer das últimas décadas ganhando espaço e notoriedade. O desenvolvimento organizacional e social tem como uma de suas consequências, a geração excessiva de resíduos sólidos no âmbito urbano. A Associação Brasileira de Normas Técnicas apresenta a tipificação desses resíduos, dentre eles os que resultam de atividade doméstica. Nesse sentido, o descarte mal direcionado sobrecarrega o meio ambiente implica em sérias decorrências sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Tal desenvolvimento, sobretudo em uma análise contemporânea, perpassa pela temática da gestão e do desenvolvimento sustentável, sobrelevando-se a preocupação acerca da quantidade de resíduos sólidos descartados diariamente no meio ambiente. Costa e Fonseca (2009) expõem esta problemática, evidenciando a existência de uma crise ambiental, tanto no uso quanto no consumo, englobando os sistemas natural e produtivo.

De acordo com Barbieri (2016), é a partir da Revolução Industrial que a degradação ambiental se intensifica, ocasionada por um ritmo acelerado de produção industrial e de consumo. De acordo com o autor, surgem diversos compostos químicos e substâncias que não existiam na natureza, de modo a atender a demanda do mercado, explorando recursos, produzindo resíduos e causando impactos negativos ao meio ambiente, sendo “a maneira como a produção e o consumo ocorrem desde então exige recursos e gera resíduos, ambos em quantidades vultosas, a ponto de já ameaçar a quantidade a capacidade de suporte do próprio planeta”.

A partir do advento da Revolução Industrial, fatores como o crescimento populacional, o êxodo do meio rural para o urbano, a produção em larga escala de bens de consumo, o desenvolvimento e dinamização da indústria, aumentaram significativamente. Ao decorrer do desenvolvimento do capitalismo, houve uma intensificação das práticas comerciais, que devido a estes fatores, aumentou o consumo, gerando conseqüentemente o aumento da produção de lixo no cenário global (SILVA, 2014).

Nesta perspectiva, Curi e Pereira (2012) ressaltam que o “homem passou a interferir no meio ambiente de forma a atender suas necessidades, transformando o meio natural em meio cultural, e dessa forma, não se enxergando como parte da natureza em que vive e da qual sobrevive” (CURI; PEREIRA, 2012, p. 41). Ainda de acordo com Curi e Pereira (2012), esta ótica da atuação do homem sobre a natureza se intensificou, entendendo que poderia manipulá-la da maneira como desejasse. Assim, é possível afirmar que a interação do homem com a natureza se configurou, historicamente, sob formas de dominação, manipulação e para a obtenção de vantagens, não atentando nos principais problemas gerados no ambiente e na sociedade.

Conforme Jerônimo e Santiago Jr. (2015), o lixo gerado é fruto da industrialização e do aumento populacional, em que tais fatores são impulsionados pela ação e da atuação do homem sobre o ambiente no qual o mesmo está inserido. Dessa maneira, de acordo com Cunha (2014), percebe-se grande conscientização por parte da sociedade, e acima disto, uma mobilização na tentativa de reverter a degradação ambiental. Essa ideia reforça que é necessária uma gestão eficiente que promova políticas públicas voltadas à sustentabilidade e conscientização da população sobre o impacto do lixo urbano no ecossistema. Segundo IBGE (2000) a produção de lixo nas cidades é de tal intensidade que não é possível conceber uma cidade sem considerar a problemática gerada pelos resíduos sólidos, desde a etapa da geração até a disposição final.

Para Mucelin e Bellini (2008), as atividades cotidianas condicionam o morador urbano a observar determinados fragmentos do ambiente e não perceber situações com graves impactos ambientais condenáveis. Para os autores, a leitura perceptiva do ambiente urbano, tanto individual quanto coletiva, é produzida nas interrelações fenomenológicas habituais entre o morador e o ambiente. Diante de toda problemática que envolve o lixo urbano e suas complexidades, é importante destacar o papel do Estado, sobretudo as administrações públicas municipais, âmbito deste estudo, em decorrência do gerenciamento destes recursos para a minimização dos impactos ambientais. Desta forma, esta esfera governamental e todos seus contextos organizacionais, podem ser identificados como corresponsáveis pela gestão ambiental e a destinação dos resíduos sólidos urbanos, visto que, “é no município que vêm se manifestar os grandes problemas ambientais, agravados pelo ritmo da urbanização” (FRANCO, 2002, p. 10).

Ainda nesta ótica, organizações do terceiro setor despontaram nas últimas décadas como atores sociais essenciais em várias frentes de relacionamento com o poder público, buscando atuar em perspectivas setoriais, dentre elas a ambiental. Nessa área um dos propósitos dessas organizações, é minimizar os graves impactos ambientais, dessa forma se tornam aliadas da gestão pública, onde uma relação de parceria e apoio pode significar, para as prefeituras municipais um melhor gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e a promoção de políticas públicas voltadas à gestão do meio ambiente.

O âmbito deste estudo é o município de São João del-Rei no estado de Minas Gerais, em que uma associação de catadores de materiais recicláveis surge como uma alternativa de mitigar a problemática do lixo urbano. Dessa maneira, perante a contextualização apresentada, problematiza-se neste trabalho a seguinte questão: estaria o poder executivo municipal promovendo ações de apoios e incentivo para o desenvolvimento da Associação de Catadores de São João del-Rei – MG? Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a Associação de Catadores de São João del-Rei – MG, em vistas a identificar sua relação com a gestão pública municipal, buscando identificar possíveis ações de apoio e incentivo em prol de uma melhor destinação dos resíduos sólidos urbanos.

## **2. GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E GESTÃO AMBIENTAL: (DES)CONSTRUÇÃO DE UMA PERCEPÇÃO**

Diante de toda problemática que abarca o lixo urbano, torna-se pertinente o esclarecimento conceitual que perpassa pelos termos, lixo, resíduos sólidos e materiais recicláveis. Segundo o Ministério do Meio Ambiente é preciso a reformulação sobre a concepção a respeito do que se entende por lixo. A pasta alerta que não se pode mais encarar todo lixo como “resto inútil”, mas sim como algo que pode ser transformado em nova matéria-prima para retornar ao ciclo produtivo. Uma dimensão que considera o lixo como uma mercadoria e um campo de negócios, uma vez que recebe tratamento para sua destinação. (MMA, 2005; ROLNIK, 2012) TERMO RESÍDUOS SÓLIDOS

Nesta linha de raciocínio, o conceito de “lixo” dentro do imaginário coletivo, causa uma dificuldade de dissociação ao senso comum, onde o mesmo é visto como algo imprestável ou sem serventia. Nas concepções de Calderoni (2003), citado por Piaz (2011), o termo “lixo” é entendido como todo material inútil, descartado, posto em local público, tudo que se “joga fora”. Ainda no rol destas definições, destaca-se Cunha (2014, p. 68), que para o autor, o lixo é a soma dos resíduos sólidos, semissólidos ou líquidos, no qual resulta “na degradação da qualidade ambiental e trazem reflexos negativos à saúde, segurança e ao bem-estar da população, afetando as condições estéticas ou sanitárias do ambiente”.

Adentrando sobre o conceito de resíduos sólidos, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, na NBR 10004-20014, define o termo de Resíduos Sólidos como “Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição”. Para Zanta e Ferreira (2003, p. 3), os resíduos sólidos urbanos:

compreendem aqueles produzidos pelas inúmeras atividades desenvolvidas em áreas com aglomerações humanas do município, abrangendo resíduos de várias origens, como residencial, comercial, de estabelecimentos de saúde, industriais, da limpeza pública (varrição, capina, poda e outros), da construção civil e, finalmente, os agrícolas.

Segundo Jacobi (2012), para refletir sobre os resíduos sólidos urbanos, é necessário levar em conta aspectos espaciais, ambientais, de saúde, sociais, culturais e institucionais, para o autor, no aspecto ambiental, um dos desafios é a necessidade de definição das melhores alternativas a serem adotadas, com menores impactos e que não sejam meramente tecnológicas, já em outra perspectiva o tema deve ser tratado como parte de uma política pública, sob uma lógica institucional, trazendo à tona sua efetivamente.

Segundo Azevedo (2004, p. 20), a cada década o quadro ambiental torna-se mais preocupante, caracterizado pela perda da biodiversidade, destruição da camada de ozônio, geração excessiva de resíduos sólidos e poluição do ar, do solo e da água. Dados de 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que diariamente foram geradas aproximadamente 259.547 toneladas de resíduos sólidos domiciliares e/ou públicos em todo o Brasil. Desta forma, sabendo dos impactos negativos que resíduos sólidos provocam quando não destinados de maneira correta, é um desafio tanto por parte dos órgãos federais, quanto dos órgãos estaduais e municipais para um gerenciamento eficiente e eficaz destes agravantes das condições do meio ambiente.

A legislação brasileira por meio do artigo 23 § VI da Constituição Federal de 1988, dispõe como sendo uma competência comum da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a proteção do meio ambiente e combate a poluição em qualquer das suas formas. Em outro artigo, especificamente no artigo 225, constata-se a todos o direito de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, sendo de responsabilidade também da população defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

À luz da Constituição Federal, especificamente no art. 23, inciso VI, compete a União, o Estado, Distrito Federal e Municípios protegerem o meio ambiente e combaterem a poluição em qualquer de suas formas. Por sua vez, o artigo 225 garante a todos o direito a um meio ambiente equilibrado, envolvendo a sociedade como corresponsável no que tange defender e preservar o meio ambiente. Complementarmente a Lei Ambiental nº 12305/2010, art. 6º inciso III diz que um dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos consiste na “visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública”. Assim, sob esta mesma lei, fica instituída que é dever de cada município brasileiro gerir de forma correta o lixo criado diariamente. (BRASIL, 1988).

Perante a problemática ambiental, a legislação municipal se destaca. Por meio do Plano Diretor Participativo do Município de São João del-Rei-MG – Lei nº4068/2006, art. 29; estabeleceram as seguintes diretrizes para o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos:

I - implantar programa de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, visando a adequada disposição final dos resíduos sólidos, o melhor desempenho e atendimento da coleta e da limpeza urbana, controle e

fiscalização da disposição dos resíduos em locais inadequados, entre outros;  
II - implantar formas sustentáveis de beneficiamento do lixo produzido no município, incluindo instalação de lixeiras, ampliação da coleta seletiva e planejamento da disposição e destinação do lixo domiciliar, hospitalar, industrial e da construção civil.

### **3. TERCEIRO SETOR: CATADORES E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE**

Segundo Rosa e Asari (2010), há dificuldades em ter-se uma concepção única para o Terceiro Setor, visto que se tem uma enorme diversidade de organizações que o compõem, e também uma multiplicidade de formas e áreas de atuação que são resultantes de sua riqueza e pluralidade. Para Tenório (2001), as organizações desse setor não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público à medida que se dedicam a causas e problemas sociais e, mesmo sendo sociedades civis privadas, segundo o autor, elas têm como objetivo o atendimento às necessidades da sociedade.

Pode-se dizer que são entidades não-governamentais que expressam a sociedade civil organizada, para o atendimento de interesse público em diferentes áreas e segmentos, dentre os quais destaca-se a Assistência Social, a Educação, a Saúde, o Meio Ambiente, a Segurança Alimentar, dentre outras (ROSA E ASARI, 2010).

Dentre a legislação que rege a temática ambiental, destaca-se que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, além de prever a destinação correta dos resíduos sólidos urbanos, também estabelece instrumentos para o incentivo, criação e desenvolvimento de organizações do terceiro setor que atuam nesta problemática, como também lei prevê direitos para o fortalecimento dos associados e cooperandos atuantes nestes tipos de organização.

Silva (2017) alerta que a atividade de reciclagem tem se estruturado como um setor econômico de relativa importância, à medida que a questão dos resíduos sólidos se tornou nos últimos anos, um dos problemas centrais em termos de planejamento urbano e gestão pública. Segundo o autor, o segmento social dos catadores integra o cenário urbano no Brasil há muitos anos, convivendo em espaços espalhados nas pequenas e grandes cidades. Ainda enfatiza que estabelecer um cálculo do potencial econômico total da reciclagem no Brasil é uma tarefa difícil, já que o setor ainda não é explorado de forma sistemática em todo o território nacional.

“Os catadores realizam um trabalho que consiste em coletar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar o material dos resíduos sólidos utilizados que tem valor de mercado e poderá ser vendido para reutilização ou reciclagem. Ou seja, por meio de sua atividade cotidiana, os catadores transformam o lixo (algo considerado inútil a princípio) em mercadoria novamente (algo útil, dotado de valor de uso e valor de troca)” (SILVA, 2017, p. 14).

Segundo (Fé e Faria, 2011) a opção pela atividade de catador é derivada de um amplo espectro de questões sociais e econômicas, para os autores o fato de a realização do trabalho não exigir a presença de meios de produção específicos, faz com que esta atividade surja como uma possibilidade de geração de renda para um grupo em situação de extrema exclusão social. Franceschini e Ribeiro (2011), apontam que os resíduos sólidos, por não apresentarem utilidade a certos grupos sociais, são descartados como lixo, por outro lado podem se tornar fonte de renda para pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Alves, Veloso, Andrade e Silva (2020) expõem que a partir da década de 1990 se intensificou olhares e ações para a população de rua identificando diferentes perfis de pessoas marginalizadas, dentre elas os catadores de material reciclável; Para os autores em 1999, a partir do 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, surgiu a ideia de se organizarem num

verdadeiro movimento social. Nascia, assim, em 2001, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O trabalho de coleta de materiais recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa de nosso povo brasileiro (MNCR, 2008).

Compreendendo e exaltando a importância do papel social e econômico dos catadores de material, pode-se argumentar que dentro do terceiro setor especificamente, no associativismo de uma associação que se estrutura a partir de um problema de construção social, há um caminho onde a minimização de impactos ambientais pode ser aliada ao processo de inclusão no mercado de trabalho de uma população, historicamente invisível aos olhos do poder público.

#### **4. LÓCUS DE ESTUDO**

O *locus* de estudo foi definido em âmbito municipal, especificamente na cidade de São João del-Rei no estado de Minas Gerais, conhecida como a cidade onde os sinos falam. O município possui cerca de 88.902 habitantes, apresenta uma arquitetura barroca que remete ao estilo colonial da época da exploração do ouro no estado, no século XVIII. É uma cidade que exala arte, cultura e história. Situada em uma região predominantemente montanhosa, do Campos das Vertentes, o município fica a 185 km da capital mineira, cidade natal do ex-presidente Tancredo Neves. São João del-Rei é a maior cidade setecentista do estado de Minas Gerais, oferece uma vasta biografia a ser explorada pelos turistas (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2020).

A ASCAS - Associação de Catadores do Município de São João del-Rei – MG, locus deste estudo, foi idealizada a partir de um projeto intitulado “Inclusão social dos catadores de material reciclável de São João del-Rei e conscientização ambiental” da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), visando fomentar a Economia Solidária no município. Conforme relatam Santos, Abreu e Oliveira (2008), tinha-se como objetivos, contribuir para o meio ambiente, além de possibilitar melhores condições de vida aos catadores, fortalecer a associação, como também implementar a coleta seletiva no município. A partir daí, foram realizadas diversas reuniões entre alunos do projeto da UFSJ com os catadores, para a criação da associação, em que foram discutidos problemas e processos de implementação.

Com a sua fundação, em novembro de 2003, a associação teve o apoio da ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), projeto de extensão da referida universidade. A incubadora prestou esforços para a consecução e desenvolvimento da organização, como a formalização dos catadores junto à instituição, orientação dos catadores para a documentação exigida, reuniões para a discussão sobre processos decisórios para sua implementação e desenvolvimento. (SANTOS; ABREU; OLIVEIRA, 2008 p. 117-118).

Segundo os autores supracitados, após a criação da associação, muitas atividades foram desenvolvidas em prol do desenvolvimento profissional do catador. Dentre estas atividades, foram realizados capacitações e treinamentos, acerca da lógica do catador inserido em empreendimentos solidários auto gerenciados, como também foram realizadas visitas técnicas em outras associações de catadores, como também participaram de eventos. No ano de 2006, foram ministrados, por membros da ITCP, “cursos de contabilidade básica, empreendedorismo, cooperativismo e informática, entre outros”. Além disso, foram realizados cursos de alfabetização aos catadores da associação, em parceria com o Programa de Educação de Jovens e Adultos (SANTOS; ABREU; OLIVEIRA, 2008 p. 123).

#### **5. PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O percurso metodológico trata-se de um estudo de caso de cunho qualitativo que se desenvolveu em nível exploratório. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se entrevistas com roteiros semiestruturados. Godoy (1995) aponta que o “propósito fundamental do estudo de caso (como tipo de pesquisa) é analisar intensivamente uma dada unidade social” (GODOY, 1995, p.25), isto é, a realização de análise de um caso individual de uma situação em particular. Neste tipo de metodologia, “o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação”. (GODOY, 1995, p.26)

A pesquisa qualitativa é a “possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995). Minayo (2001) traz uma abordagem qualitativa dentro de uma pesquisa exploratória, já que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. No caso deste trabalho, o segundo método utilizado foi a entrevista, que para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada apresenta questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.

Para o desenvolvimento do estudo, realizaram-se as entrevistas em dois diferentes âmbitos, no qual foi realizada primeiramente uma entrevista com a representante integrante da Associação dos Catadores de São João del-Rei (ASCAS), e em sequência foi realizada a entrevista na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Sustentável da Prefeitura Municipal de São João del-Rei-MG. Ambas as entrevistas partiram de um roteiro semiestruturado, no qual responderam perguntas abertas referentes à problemática dos resíduos sólidos urbanos no município de São João del-Rei.

Após a etapa de coleta, procedeu-se a análise e interpretação das informações, em uma pesquisa qualitativa, que se trata de um momento de extrema importância. Martins (2004), alerta para o fato de que, em uma perspectiva qualitativa, como é o caso desta pesquisa, exige-se do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica.

Nesse sentido, foi realizada uma análise sequencial de informações, em que se realizou uma interpretação analítica de cunho qualitativo. Essa etapa contemplou a estruturação de todo material coletado e possibilitou a identificação de novas situações a serem observadas, fato que é comum dentro do fluxo da pesquisa científica. Foi construída uma base de dados para apresentar as possibilidades de ações e tratamento da temática em questão para a apresentação aos atores sociais e políticos engajados com o problema dos resíduos sólidos do município.

A entrevistada da Associação de Catadores de São João del-Rei, ao ser questionada a respeito da relação da associação com a Prefeitura Municipal, foi relatado que a prefeitura paga apenas o aluguel do galpão possibilitando que a organização continue suas atividades, no entanto, o poder público não disponibiliza nenhum outro tipo de assistência ou apoio. Quando perguntada qual apoio a Secretaria do Meio Ambiente do município prestou para a associação, a entrevistada foi enfática;

*“Deixa eu ver... Posso falar a verdade? Até hoje? Nada”. Tem dois vereadores que no que a gente precisa eles está ali sempre nos apoiando, nos ajudando, né? E o prefeito mesmo, a gente já fez vários convites para ele tá vindo na ASCAS e ele não veio. E a ASCAS precisa ser ampliada mais, porque o espaço aqui tá muito pequeno demais... tá entrando mais catadores.*

Quando perguntada a respeito da relação da Universidade Federal de São João del-Rei com a associação, sobre como a universidade tem contribuído para o empreendimento, foi reconhecida que existe uma parceria com a instituição, principalmente no auxílio do desenvolvimento de um plano de trabalho que leva os catadores à uma busca de autonomia de



gestão. Também reconheceu o apoio prestado pelo projeto de extensão da universidade, a ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), que sempre acompanha as reuniões da organização prestando apoio quando solicitado.

Em relação à última pergunta, no qual se desdobrou em outras questões, quando perguntada a respeito sobre quais seriam as ações, atividades, que poderiam ser melhoradas para o funcionamento da ASCAS, a entrevistada disse que poderia aumentar o galpão e implantar a uma coleta seletiva. Quando questionada sobre como poderia resolver o problema da coleta seletiva, ressaltou:

Era ver se a prefeitura ou o meio ambiente (secretaria) tá vendo um caminhão pra gente tá implantando ela. Entendeu? Porque tem *uns pessoal* só das Águas (bairro) e lá do centro da cidade lá, atrás do Nossa Senhora das Mercês (hospital), eles *memo tava* tentando ver se conseguia... Entendeu? Porque é muito material, ainda tem muito material pra rua... (...) *Nois* fica de mão atada porque *nois* não tem aonde ir. Então eu *tô* tentando ver o negócio do caminhão pra *nois* aí.

Posteriormente partiu-se para a entrevista na Secretaria do Meio Ambiente do município de São João del-Rei que conta com um secretário, um superintendente, um alocado no setor operacional e um engenheiro florestal. Quando questionado sobre as diretrizes municipais em relação às políticas públicas em prol do meio ambiente e para o desenvolvimento do município, o entrevistado diz que a secretaria promove poucas ações e políticas públicas, em seu ponto de vista as ações que hoje são promovidas vem de muitos anos, esclarece que são ações limitadas realizadas por comissões de loteamento. Em relação aos resíduos domiciliares relatou que a secretaria desenvolve o controle e gestão, por meio de maquinários, visando a conservação do local do aterro sanitário onde se destina o descarte final de resíduos sólidos gerados pela sociedade.

Uma ação da gestão municipal que se destacou na entrevista foi o fato de o município integrar o CIGEDAS - Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – Minas Gerais. Segundo o site do consórcio, sua missão é viabilizar estratégias que garantam aos municípios consorciados serviços públicos que estimulem o desenvolvimento ambiental sustentável, o planejamento urbano, preservação de recursos hídricos e melhorias ambientais por meio da cooperação por meio do consorciamento de municípios. Segundo a pessoa entrevistada, o CIGEDAS tem como objetivo solucionar problemas ambientais na cidade e ressalta que a prefeitura ao firmar este convênio, busca auxílio para as questões ambientais.

Em relação às parcerias com organizações que atuam em prol da questão do lixo urbano no município de São João del-Rei, foi relatado que a principal parceria do poder público municipal é a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de São João del-Rei – ASCAS, é de responsabilidade da gestão municipal conceder recursos financeiros para o aluguel do galpão para o funcionamento da organização, além de garantir o aluguel há um apoio técnico, auxiliando em algumas tarefas, indo à instituição de 2 a 3 vezes por semana.

Quando questionado se a secretaria tem algum planejamento para o desenvolvimento da associação, visto que ela pode ser considerada a ação mais importante na tratativa dos resíduos sólidos urbanos, foi relatado que já houve várias tentativas de implantar a coleta seletiva no município, no entanto, sem sucesso, já que foi encaminhada para o poder executivo municipal tanto na gestão anterior, quanto na gestão atual. Apesar de reconhecer a importância da implantação da coleta seletiva no município, considera que se trata de uma realidade distante.

Outro ponto abordado na entrevista, foi em relação à parte de fiscalização ambiental da secretaria, no que se refere ao descarte indevido de resíduos sólidos no meio ambiente e se a secretaria tem este poder de fiscalização. Em sua resposta, ressaltou que existe esta função, mas muitas vezes ineficaz devido ao número limitado de veículos e funcionários na secretaria. Afirma que as demandas advindas do município são muitas e a equipe de fiscalização é insuficiente, sendo poucos servidores para solucionar muitos problemas, que na maioria das vezes, se originam por denúncias, sendo as mais comuns: lixo descartado em lugares indevidos, resíduos de construção civil, obras irregulares e poluição atmosférica.

Ainda no posicionamento do poder público municipal, há o reconhecimento sobre a importância da educação ambiental para a redução de impactos negativos ao meio ambiente, sendo uma ação que deve ser feita sempre. Reconhece que faltam campanhas da prefeitura para a conscientização da sociedade em relação ao meio ambiente. Um dos caminhos apontados seria por meio de atividades em escolas. Em seu ponto de vista, acredita que a pauta ambiental deveria estar presente em pelo menos 5 minutos em todas as reuniões da prefeitura, seja na secretaria de obras, de educação, de saúde, na câmara de vereadores do município. Defende: “(...) eu acho que o tema meio ambiente deveria ser um pouco mais falado todos os dias. Então acho que a prefeitura tinha que ter programas de rádio, que comentasse isso todos os dias, entendeu?”. Ainda de acordo com ele,

o meio ambiente é o equilíbrio de todos os setores. Se nós temos um meio ambiente bom, nós vamos ter pessoas mais inteligentes, pessoas mais conscientes, vamos ter uma melhor saúde da população, vamos ter um trânsito melhor, locais onde as pessoas possam caminhar de forma melhor, mais agradável... *né?* Tudo isso esbarra no meio ambiente.

Também nas concepções do entrevistado, as instituições de ensino superior são importantes não só para a promoção da conscientização do meio ambiente, como também poderão estabelecer parcerias (por meio de estagiários) e outros tipos de apoio com a secretaria em prol de toda questão ambiental. Destaca: “eu acho que esta parte da universidade, tá melhorando muito a questão ambiental da cidade”.

A partir destes dados coletados, é possível perceber inconsistências nas falas dos entrevistados. Quando perguntada sobre alguma contribuição e auxílio da secretaria do meio ambiente para um melhor desenvolvimento da ASCAS, a representante da associação demonstrou que a secretaria não oferece nenhuma contribuição à associação. Em contrapartida, de acordo com a fala do entrevistado, a secretaria de certa forma presta apoio para a associação.

Dessa forma, é perceptível que há um desencontro de informações entre os entrevistados, uma vez que a entrevista com o gestor público apontou que existem iniciativas. Pressupõe-se que a fala da entrevistada demonstra a percepção do que foi feito pela secretaria, foi, de certa forma, incipiente, a ponto de não reconhecer nenhuma ação do poder público, mesmo ela existindo. Pressupõe-se que a fala da entrevistada retrata uma forma de insatisfação com que é/foi feito por parte do poder público municipal.

Em relação à coleta seletiva no município, a ASCAS reconhece que sua implantação depende tanto da Secretaria de Meio Ambiente como também de instâncias superiores da Prefeitura Municipal de São João del-Rei. Segundo o entrevistado da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, tal implantação foi solicitada ao executivo, não tendo o resultado esperado. Desta forma, percebe-se que nos dois casos, diante do problema pertinente, a Prefeitura poderia ter um posicionamento mais enfático, uma vez que, por meio da Associação dos Catadores, houve mais de um encaminhamento para os poderes Executivo e Legislativo. Neste caso, espera-se que se comprometa com a questão ambiental e assumo o

papel de protagonismo para o planejamento, implantação e gerenciamento da coleta seletiva no município.

Em análise, a fala do representante do poder público evidenciou que há muitos fatores que limitam uma ação conjunta para amenizar os problemas ambientais na cidade. Como relatado, há poucos servidores para muitas demandas, há impasses para a implantação da coleta seletiva, como recursos financeiros; há também tarefas que não dependem da secretaria de meio ambiente, mas sim de instâncias superiores, dentre outros fatores. A partir disso, é perceptível que o problema do lixo urbano, especificamente dos resíduos sólidos, possui grande complexidade, pois envolvem aspectos sociais, financeiros, ambientais, educativos, de gestão e dentre muitas outras temáticas que tangem por este tema, indo à consonância com a revisão de literatura apresentada.

Ambos entrevistados ressaltaram a importância da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável e menos agressora ao meio ambiente, como também na atuação para uma maior conscientização sobre as questões ambientais, principalmente sobre os resíduos sólidos urbanos.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, buscou-se analisar a problematização acerca dos resíduos sólidos urbanos provenientes de domicílios e seus impactos ambientais. Neste sentido, sem pretensão de esgotar o tema, que por sua vez é complexo e multidisciplinar, foi intento refleti-lo como uma das grandes questões que cerceiam o desenvolvimento sustentável. A partir do objetivo proposto foi possível identificar entre poder público municipal e a associação de catadores, os dois espaços analisados, a identificação da importância sobre o destino dos resíduos sólidos domiciliares.

No entanto, percebe-se um desencontro quando se tratam de ações efetivas entre os dois âmbitos estudados. Apesar da fragilidade relacional supracitada, percebe-se, a partir das informações coletadas e analisadas, que minimamente há uma relação e comunicação entre a Prefeitura Municipal de São João del-Rei, juntamente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade e a Associação de Catadores de São João del-Rei (ASCAS).

É perceptível que há problemas a serem solucionados no município, como por exemplo, a implantação da coleta seletiva, uma possível ampliação do galpão da ASCAS para um melhor desenvolvimento da instituição, a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades na secretaria de desenvolvimento urbano e sustentabilidade e principalmente, a adoção de medidas de conscientização.

A partir deste estudo, fica evidente que o problema do lixo urbano, especificamente dos resíduos sólidos urbanos, possui grande complexidade, pois envolvem aspectos sociais, financeiros, ambientais, educativos, de gestão e dentre muitas outras temáticas que perpassam por este tema. Torna-se para o poder público um grande desafio ao buscar solucionar os problemas socioambientais no município. Por outro lado, a sociedade deveria se apresentar com mais protagonismo como corresponsável em todas as frentes que tangem a gestão ambiental. (SEIFFERT, 2006; CIPOLAT et. al. 2010; ROLNIK, 2012; CUNHA, 2014; SEIFFERT, 2014; SILVA, 2014; JERÔNIMO e SANTIAGO JR., 2015; SOARES, QUEIROZ e BATISTA, 2018).

Conclui-se, preliminarmente, que a atuação de modo a promover um meio ambiente mais sustentável, deve ser responsabilidade de todos, seja o setor público, o privado ou o terceiro setor. Desenvolvimento sustentável e gestão devem permear o discurso

organizacional em qualquer setor que atue, considerando-se aqui que a atuação por um meio ambiente mais sustentável não pode ser unilateral.

Considerando que o problema ambiental se desdobra por todos os segmentos, não tendo apenas um único segmento da economia como principal e essencial para um melhor desenvolvimento urbano e responsável pelo meio ambiente, acredita-se que é necessário repensar e ressignificar os processos de gestão que culminam no (sub)desenvolvimento sustentável. Trata-se de um tema que não é recente, mas requer aprofundamento e mobilização visando um equilíbrio ambiental ou mesmo a sobrevivência do homem.

Dada a complexidade do tema debatido no trabalho, necessita-se de pesquisas futuras para uma melhor compreensão do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos domiciliares. Neste sentido, fica como sugestão para pesquisas futuras, a incorporação de novos atores sociais, compreendendo na corresponsabilização de todos para tratar da temática no município. Desta maneira, um possível desdobramento da pesquisa, seria buscar mais entidades do terceiro setor como representantes da sociedade civil organizada e adentrar no âmbito do poder público no sentido de mapear mais ou possíveis atuações para debater o tema com a profundidade de ele precisa.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. M.; VELOSO, L. H. M.; ANDRADE, E. P.; SILVA, A. M.. Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. **INTERAÇÕES**, v. 21, p. 125-140, 2020.
- AZEVEDO, G. O. D. **Por menos lixo: A minimização dos resíduos sólidos urbanos na cidade de Salvador/Bahia**. UFBA, Salvador, 2004.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Editora Saraiva - 4ª edição, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei Ambiental nº 12305 de 02 de Agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lixo Um grave problema no mundo moderno**. Brasília. In: Consumo Sustentável: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005. 160 p.
- BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)
- CIPOLAT, C.; LUDKE, Q. P.; BRAUN, A. B.; ENGELMANN, M. P. **Ações e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina Logística** - All. In: VII SEGET - SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2010, Resende/RJ. Usar mais
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- COSTA, W. M; FONSECA, M. C. G. **A importância do gerenciamento dos resíduos hospitalares e seus aspectos positivos para o meio ambiente**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. Hygeia 5(9):12 - 31, 2009.
- CUNHA, E. C; **O futuro do lixo: um estudo sobre a geração de lixo e os gastos ambientais na Região Sul do Brasil**. Paraná, 2014. v. 33; n 3.
- CURI, R. C; PEREIRA, S. S. **Meio Ambiente, Impacto ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações teóricas sobre o Despertar da Consciência Ambiental**. REUNIR, 2012. Vol. 2, nº 4.
- FÉ, Carlos; FARIA, Maurício. Catadores de resíduos recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela (Org.). Cooperativas de catadores. São Carlo: Claraluz, 2011.
- FRANCESCHINI, G.; RIBEIRO, C.L ; M. Maria Lúcia Teixeira . Autogestão e tecnologia em cooperativa de catadores/as de resíduo: uma análise intersubjetiva sob a óptica do campo ciência, tecnologia e sociedade. In: XI Congresso Iberoamericano de Extension Universitaria, 2011, Santa Fe. XI Congresso Iberoamericano de

Extension Universitaria, 2011.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008a.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008b.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa nacional de saneamento básico - 2000. Disponível em: Acesso em: 06 de julho de 2021.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Censo demográfico, 2008.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Disponível em: <http://www.institutoestradaareal.com.br/cidades/sao-joao-del-rei/144>. Acesso em junho de 2020.

JACOBI, P. R. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, 2003.  
JACOBI, P. R. Desafios e Reflexões Sobre Resíduos Sólidos nas Cidades Brasileiras. In: Maria Cecília Loschiavo dos Santos; Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias. (Org.). Resíduos Sólidos Urbanos e Seus Impactos Socioambientais. São Paulo: Pedro Roberto Jacobi, 2012, v. , p. 31-35.

JERÔNIMO, C. E. M.; SANTIAGO JR, A. F. Desafios da administração ambiental pública: estudo de caso do município de Espirito Santo/RN. **Revista de Administração de Roraima - RARR**, v. 2, p. 136, 2015.

Mínayo, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MNCR. Sobre o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. 2008. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr>. Acesso em: julho de 2021.

MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI, L. M. . Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. Sociedade & natureza (UFU. Online), v. 20, p. 111-124, 2008

SOARES, K. O; QUEIROZ, L. G. R.; Batista, W. D. F. A utilização de utensílios biodegradáveis e sua importância em razão da preservação ambiental. In: SEGET, 2019, Resende. A utilização de utensílios biodegradáveis e sua importância em razão da preservação ambiental, 2019. v. 1. p. 1-15.

ROLNIK, R. Resíduos sólidos urbanos: repensando suas dimensões. In: Santos, Maria Cecília Loschiavo; Dias, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves. (Org.). Resíduos Sólidos Urbanos e seus impactos socioambientais. 1ed.São Paulo: IEE-USP, 2012, v. -, p. 18-22.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 26, p. 65-92, 2012.

ROSA, M. D.; ASARI, A. Y. . **Terceiro Setor, resíduos sólidos urbanos e coleta seletiva**: as ONG's de catadores de materiais recicláveis em Londrina - PR. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Crises, práxis autonomia: espaços de resistência e esperança, 2010.

SANTOS, A. T. P; ABREU, J. C; OLIVEIRA, R. L. A ITCP e a experiência com empreendimentos de catadores: compartilhamento estratégico. In: CRIVELLARI, H. M. T.; KEMP, V. H. (Orgs); **Catadores na cena urbana**: construções de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SÃO JOÃO DEL-REI, Prefeitura Municipal. Disponível em:

<[http://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/Obter\\_Arquivo\\_Cadastro\\_Generico.php?INT\\_ARQ=2579](http://www.saojoaodelrei.mg.gov.br/Obter_Arquivo_Cadastro_Generico.php?INT_ARQ=2579)>

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental**: implantação objetiva e econômica. São Paulo: Atlas, 2006.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, J. V. **Lixo urbano como indicador social**: um estudo de caso na cidade de Ubiratã – PR. UTFPR, 2014.

SILVA, S. P.. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Brasília: IPEA, 2017 (Texto para Discussão, nº 2268 - IPEA).

TENÓRIO, Fernando G. (org.). **Gestão de ONGs – Principais Funções Gerenciais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Acesso em maio de 2018. Disponível em:  
<<https://ufsj.edu.br/lema/catadores.php>>

ZANTA, V.M.; FERREIRA, C. F. A. **Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos urbanos**. In: BORGES, A.C., ET AL.. (Org.). **Resíduos Sólidos Urbanos: Aterro Sustentável para Municípios de Pequeno Porte**. 1ed.Sao Carlos SP: Rima Artes e Textos, 2003, v. 1, p. 1-18.